

O MOVIMENTO FEMINISTA ENQUANTO PROJETO DE EMANCIPAÇÃO PARA O PASTORADO FEMININO¹

José Nunes dos Santos Júnior²

Sueli Ribeiro Mota Souza³

Introdução

A discussão de gênero sempre foi conceito central da sociologia, uma vez que o papel social sempre foi definido com base em padrões ou normas de comportamento que se esperavam daquele que ocupa determinada posição na estrutura social, que neste caso em particular sempre foi o homem. Este sempre foi visto como protagonista principal da história, enquanto a mulher sempre teve seu papel silenciado por essa historiografia unilateral que privilegiou tanto a ação como o desempenho masculino.

Para o historiador inglês Peter Burke (2002) a idéia de que a masculinidade e a feminilidade são construídas socialmente esta passando a ser considerada óbvia (BURKE, p. 75). Assim sendo, gênero referi-se ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, ou então como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. Para Guacira “o conceito de gênero tem um apelo muito forte que é o de relacionai” (LOURO, 1999, p. 37), logo, ela entende que é no campo das relações sociais que se constroem os gêneros. Portanto, quando se pretende referir ao feminismo como movimento social organizado, esse é usualmente remetido. A categoria de gênero tem o seu surgimento e utilização firmados concretamente no movimento feminista.

Este artigo, procura discutir o movimento feminista, enquanto projeto de emancipação para as mulheres terem acesso ao ministério pastoral, todavia é necessário analisar em que medida o movimento abriu as portas para que essas mulheres de orientação evangélica chegassem ao ministério pastoral. É importante salientar nestas primeiras linhas que a pretensão ao status de pastora por algumas mulheres esbarra-se naquilo que o feminismo, enquanto movimento organizado, também teve que lutar para que a situação se revertesse. Em uma sociedade regida pelo patriarcalismo, homens e mulheres não são iguais. São fisicamente diferentes, comprovados “cientificamente” pela biologia, e se tratando do aspecto social, ainda não possuem os mesmos direitos.

Para entender os caminhos percorridos pelo movimento feminista, alguns pontos de discussões foram traçados.

A primeira onda do movimento feminista

É notório perceber o consenso que existe entre estudiosos e estudiosas feminista ao afirmar que o surgimento do feminismo, enquanto manifestação política, permitiu não apenas analisar o lugar das mulheres na sociedade, como também oportunizou a sua liberdade de expressão e a manifestação no espaço público. Para Zuwick (2000) o movimento permitiu que as mulheres conquistassem mais espaços em suas carreiras através de suas próprias capacidades, e não através de referências como família ou estado civil, embora a história de luta das mulheres é longa e não começa com o primeiro momento do feminismo.

Para Heleieth Saffioti (1997), desde o momento em que os homens criaram as normas e que, diferentemente das mulheres nem sempre estiveram obrigados a cumpri-las, estas já se manifestavam transgressoras. Estavam sempre transgredindo leis e normas impostas a elas. Estes diversos anos de luta culminaram entre as décadas de 20 e de 30, nos Estados Unidos, no feminismo, e foi um momento de grande ênfase política. A principal reivindicação deste momento foi o direito ao voto. Momento conhecido como sufragista, este por sua vez já era um movimento contestatório de que a diferença biológica interferiria na capacidade de votar em pleitos eleitorais e na escolha de líderes governamentais. Essas primeiras conquistas feministas se limitavam ao direito a uma participação igualitária no processo eleitoral. Até a década de 60 o movimento manteve-se nos bastidores, reacendendo com toda força nos movimentos de massa dos anos 70. (LOURO, 1999, PIERUCCI, 1999, STREY, 2000, NICHOLSON, 2000).

Segundo Guacira Louro os objetivos tratados pelo Feminismo, nesta etapa, traduziam, os interesses de um grupo específico de mulheres, pois:

Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento (LOURO, 1999, p. 15).

Mesmo que o Movimento Feminista tenha se organizado como tal somente no século XX, os séculos anteriores já nos trazem indícios de sua história. Sempre houveram mulheres com uma visão aguçada e pormenorizada do princípio de igualdade entre os sexos: “Entre as precursoras do feminismo estão Olympe de Gouges, com a Declaração dos Direitos da Mulher, de 1791, e Mary Wollstonecraft, com seu livro Reivindicação dos direitos da mulher,

de 1792. Em suas obras, ambas questionavam a falta de acesso das mulheres à educação e a impossibilidade do exercício pleno da cidadania (DEIFELT, 2003, p. 171)”.

Posteriormente, o Feminismo, além de continuar com sua característica de ser um movimento social e político que buscava, a equiparação de direitos e deveres entre homens e mulheres, passa a trabalhar a construção de análises no campo teórico relacionadas ao conceito de gênero. É na dinâmica da chamada segunda onda que “o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para construções propriamente teóricas.

A segunda onda do movimento feminista

A Segunda Onda ou Segunda Fase, também chamada de Neofeminismo (FREITAS, 2003, p. 20), abarca o movimento para libertação da mulher (1960 – 1980), as obras de Catharina Halkes (1985) e os estudos sobre masculinidade (1980 -1990). Nesta segunda onda o Movimento Feminista assume a libertação da mulher e orienta a luta das mulheres para além da fronteira da igualdade entre homem e mulher, mas reivindica uma transformação mais profunda das relações entre homens e mulheres.

Essa transformação no discurso e na postura das próprias mulheres do movimento é fruto da modernidade, que tem a sutileza de trazer consigo uma qualidade de novos elementos que determinam outros e novos modos de condicionamento psico-sociológicos do indivíduo.

Berman afirma que:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para o seu mundo transformando em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e de aventura, aterrorizado pelo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. (BERMAN, 1994: 13-14)

Diante de tantas mudanças é na década de 70 que o movimento, toma novas direções, a saber, a busca por igualdade, mesmos direitos, não só políticos, mas também trabalhistas e, até mesmo por liberdade sexual, respeitando, contudo, as diferenças existentes entre, não só os sexos, mas também entre os gêneros. Gênero, como categoria analítica, surge neste momento como uma tentativa de compreender a subordinação imposta às mulheres no decorrer da história.

Robert Connell se detém às questões relacionadas à construção do ser diferente, quando pontua e analisa as políticas de masculinidade: “a narrativa convencional adota uma das formas de masculinidade para definir a masculinidade em geral. (...) vê o gênero como um molde social cuja marca é estampada na criança, como se as personalidades masculinas saíssem, como numa fábrica de chocolate, da ponta de uma esteira” (CONNELL, 1995, p. 190). Estas relações são construídas, são processos que sofrem interferências de instituições e práticas. “Quando afirmamos que as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação, queremos significar algo distinto e mais complexo do que oposição entre dois pólos; pretendemos dizer que as várias formas de sexualidade e de gênero são interdependentes, ou seja, afetam umas às outras. (LOURO, 1999, p. 49)”. A produção teórica sobre masculinidade ajudou a ampliar o espectro da discussão e aumentar a consciência da interdependência entre os mecanismos de diferentes ordens geradores de relações assimétricas na sociedade.

São momentos de muitos conflitos, em que são colocadas em pauta as diversas discussões em torno dos direitos femininos. Pautadas no discurso do patriarcalismo, muitas teorias feministas vão começar a questionar acerca da diferenciação homem/mulher a partir de uma perspectiva biológica, com isso partirão para uma investigação em que perceberão que uma identidade feminina foi construída ao longo do tempo, e que, portanto uma construção sócio-cultural do feminino foi à responsável pela permanência da mulher na situação de subordinação em que se encontrava.

Aos poucos o movimento vai dando lugar à questão da diferença sem abrir mão da igualdade. “A mulher é diferente, mas a diferença não quer dizer nem superioridade nem inferioridade” (MADURO, 1997, p.21). O movimento, então, passa a se preocupar não apenas com a luta de libertação das mulheres, mas também se ocupa com a questão da etnia, da raça e da opressão econômica. Contudo várias correntes de movimentos feministas vão surgindo, com uma diversidade de projetos e motivações diferenciadas, na medida em que há uma preocupação com o fim de qualquer opressão.

Movimento feminista no Brasil

No Brasil é na segunda década do século XX que o movimento feminista vai surgir com o mesmo propósito: reivindicar o direito ao voto. Encontrará resistência para efetivar seus propósitos, no fato da primeira Constituição brasileira republicana, de 1891, assegurar o voto

a todos os cidadãos maiores de 21 anos, estando excluídos as mulheres do direito de cidadania. Assim, apenas os homens detinham o direito ao voto, enquanto cidadãos. Às mulheres, cujo único propósito, concedido por Deus, era o cuidar do marido e dos filhos, deveriam se recolher ao reduto do lar e cuidar para que este funcionasse a contento. Era preciso, portanto, lutar para que as mulheres adquirissem o direito ao voto e assim capacitá-las para que também tivessem maior autonomia para dirigir suas próprias vidas e se livrassem da socialização que as estimulou e as desenvolveu somente para habilidades manuais, retirando-lhes a capacidade para atividades de comando, supervisão, planejamento e principalmente de decisão.

Enquanto nos outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, no Brasil o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que elas se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. Mas ainda assim, ao lado de tão diferentes solicitações, debateu-se muito a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto. ‘Nosso corpo nos pertence’ era o grande mote, que recuperava, após mais de 60 anos, as inflamadas discussões que socialistas e anarquistas do início do século XX haviam promovido sobre a sexualidade.

O movimento feminista no Brasil teve como principal característica a denúncia de discriminação contra a mulher impedindo o pleno exercício de sua cidadania. O principal questionamento deste momento era o “relacionamento entre o homem e a mulher e as discriminações sociais que a mulher sofria no seu cotidiano” (TOSCANO & GOLDENBERG, 1992, p.37).

As mulheres buscavam o fim da discriminação sexual, que justificava a soberania do sexo masculino. Este princípio dava direito, principalmente ao marido, de exercer autoridade sobre a mulher, ao ponto desta não poder exercer nenhuma atividade sem o seu consentimento. As mulheres buscavam, portanto, o direito de dirigir suas próprias vidas, construir suas próprias identidades. É a partir deste momento que começam a surgir às primeiras produções teóricas exclusivamente feministas. Autoras como Rose Marie Muraro e Heloneida Studart, são exemplos de brasileiras que irão abordar a questão da mulher na sociedade brasileira. Estas produções irão questionar as diversas formas de atuação da mulher na sociedade e na família. A primeira perspectiva analítica que tentarão romper é com a que supõe que as

diferenças entre homens e mulheres se dão a partir da distinção biológica. O biológico, assim, justificando a desigualdade social (SAFFIOTI, 1997; LOURO, 1999).

O ano de 1975 trata-se do Ano Internacional da Mulher, ano em que o movimento feminista avança. Com características próprias, as mulheres do movimento reivindicarão principalmente liberdade de expressão e de agir. Estas conquistas foram aos poucos sendo adicionadas nos currículos das mulheres nos anos que se seguiram às décadas de 60 e 70, momento de maior efervescência do movimento. Hoje o que se tem são exemplos de espaços conquistados pelas mulheres como reflexo das lutas passadas e o pastorado feminino é um destes.

Categoria gênero, uma experiência socialmente construída

O uso da categoria gênero como tentativa de analisar o tratamento que é dado às mulheres no decorrer dos séculos tem proporcionado inúmeras discussões entre teóricas e teóricos feministas.

Parece consenso, então, entre as autoras feministas que gênero surge como categoria para dar um caráter mais teórico aos estudos feministas. Surge para mostrar que entre homens e mulheres não há uma diferenciação apenas sexual, principalmente, quando a capacidade de reprodução aparece como constituinte do feminino, mas para mostrar que a diferenciação é também social e se baseia numa construção histórica de dominação masculina. Gênero passa a ser constituinte do movimento feminista (BARBIERI, 1993; SAFFIOTI, 1997; HEILBORN, 1999; NICHOLSON, 2000).

Para Maduro (1997) a discussão de gênero dentro do movimento feminista tem a tarefa de negar que a construção hierárquica das relações entre mulheres e homens seja uma derivação natural das diferenças biológicas. Com isto não se nega a diferenciação natural e biológica entre ambos, mas contesta que esta diferença seja motivo para oprimir, e perceber que esta diferenciação se faz sob a forma ideológica dominante. É notório perceber, o uso da bíblia - como instrumento ideológico - para enfatizar que a mulher é o sexo mais frágil e que, portanto precisa submeter-se ao homem. Com essa justificativa, vetava-se a possibilidade de se ter uma mulher no ministério pastoral. Contudo, gênero torna-se deste modo em um instrumental importante para entender não só o lugar secundário das mulheres na igreja e na sociedade, mas também em seu potencial transformador da realidade.

Para pesquisadora Sampaio as contribuições das teorias de gênero precisam ser analisadas como:

Referencial de análise que se baseiam nas concretas relações sociais de poder e que se estruturam na realidade relacional dos seres humanos, resultando em processos de superação da concepção que isola a mulher ou o homem como categoria específica e exige que a relação mesma entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens seja foco da análise, bem como a identificação da diversidade inerente a esses grupos sociais. (SAMPAIO, 2005, p. 47-48).

A categoria de gênero, ao mesmo tempo que prioriza o específico das situações concretas de cada pessoa, primando pela experiência das pessoas, o faz de maneira que todos os âmbitos relacionados a esta especificidade sejam incluídos.

Segundo Maria Carmelita, gênero é uma construção social e cultural, um modo de ser no mundo. Com isto, não exclui outras dimensões do social, pelo contrário, exige uma abordagem ampla e multidisciplinar. (FREITAS, 2003, p. 17). Joan Scott vai mais a fundo ao colocar seu posicionamento quanto à discussão da polaridade, da oposição binária:

Temos a necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Se utilizamos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceita-la como real ou auto-evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas. (SCOTT, 1995, p. 84).

Sendo assim, os condicionamentos de gênero não são vistos de forma isolada, mas como um elemento dentre uma multiplicidade de diferenças que se entrecruzam, logo a categoria de gênero traz à luz segundo a teóloga Gebara, “todo um sistema de relações de poderes baseado no papel social, político e religioso de nossa realidade de seres sexuados”. (GEBARA, 2000, p. 105). Cresce, portanto a consciência da interdependência que se dá entre os mecanismos de diferentes ordens geradores de relações assimétricas na sociedade e de como as distâncias de classe, gênero, etnias, religião e de geração se entrecruzam e se articulam umas com as outras. Fica evidente que dentre as práticas do movimento feminista existe a preocupação de dar à devida importância a experiência em sua análise das situações e contextos. A experiência de vida, o contexto e a cultura, lugar de concreticidade da vida das mulheres e dos homens torna esclarecedor, compreensivo, ao mesmo tempo em que transforma e modifica as relações das pessoas com as outras e consigo mesmas. Ressaltar esta experiência é resgatar e considerar os acontecimentos nos contextos e culturas, onde se centram.

A experiência das mulheres ainda é colocada na periferia das discussões e pesquisas. São exatamente estas experiências que este trabalho busca conhecer, uma vez que são as

experiências que mapeiam as posições políticas, as percepções perante a vida, que modificam rumos traçados. Para Deifelt, “a noção de experiência inclui várias facetas da vida humana, juntando todos os diferentes eventos que formam, informam, deformam e conformam a vida da mulher” (DEIFELT, 2003, p.173). Neste sentido a mediação de gênero é uma ferramenta para compreender esta complexidade. É um instrumento de autoconstrução feminina e construção de relações mais fundadas na justiça e na igualdade a partir do respeito pela diferença.

Historicamente, a experiência da mulher foi relegada ao plano inferior, portanto o objetivo desta discussão é entender que o movimento feminista foi uma das molas propulsoras para que as portas se abrissem para que as mulheres pudessem se vêem como ministras do evangelho, ou seja, como pastoras. Para melhor compreender essas discussões, refletir-se-à acerca dos posicionamentos de algumas teólogas feministas.

As teólogas e o lugar da mulher na igreja

As teólogas e teóricas feministas vão identificar a década de 70 como o momento em que o feminismo vai influenciar a teologia e questionar o lugar da mulher não só dentro a igreja, mas também nos próprios textos bíblicos.

Fabíola Rohden (1995) identifica que no Brasil muitas feministas não concebiam a convivência entre feminismo e religião por considerarem a impossibilidade de conviver com uma “religião patriarcal”, “identificada como o principal suporte ideológico da ‘dominação masculina’”. Mas ela nota que é justamente neste momento, nas décadas de 60 e 70, no auge do movimento feminista no mundo, que na América Latina “nasce uma série de movimentos populares, que seriam mais tarde responsáveis por uma forma de articulação entre pertencimento religioso e consciência de uma identidade política feminina” (ROHDEN, 1995, p.12).

Na Igreja Católica são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua “preferência pelos pobres” que irão proporcionar uma maior participação e envolvimento popular. Na década de 80 as mulheres já estão mobilizadas e a incorporação da Teologia da Libertação vai proporcionar a elas uma entrada efetiva na teologia, enquanto “sujeito” e “objeto” teológico, isto é, as mulheres teólogas começam a fundamentalmente escrever artigos “teológicos” e se propõe a dar maior visibilidade às mulheres na Igreja. Faz-se importante nomear o que está

exposto e o que não está exposto, como ressalta Elizabeth Fiorenza, ao retratar os textos bíblicos narradores das histórias de Jesus:

Se o silêncio sobre a experiência e contribuição históricas e teológicas de mulheres no movimento cristão primitivo é gerado por textos históricos e redações teológicas, devemos encontrar caminhos para romper com o silêncio do texto e derivar significado de uma historiografia e teologia androcêntricas. Ao invés de entender o texto como adequada reflexão da realidade sobre o que o texto fala, devemos buscar chaves e alusões que indiquem a realidade sobre o que os textos calam. (FIORENZA, 1992, p. 65).

Nas igrejas Protestantes, em 1970, nos Estados Unidos, começa a decisão de ordenar mulheres e elas buscarão, através da produção teológica, um respaldo bíblico-teológico para sua reivindicação.

Rohden afirma que a “aproximação das teólogas protestantes com o movimento feminista se dá em um grau de intensidade muito maior e aparentemente menos conflituoso do que as católicas” (ROHDEN, 1995, p.29). Para a autora isso acontece por vários fatores e um deles é a relação histórica do protestantismo com os movimentos liberais, principalmente o pentecostalismo, identificado com os movimentos mais modernos, de origem norte-americana ou européia. Outro fator apontado pela autora da aproximação do protestantismo com o feminino é o próprio pastorado. Isto só é possível devido às teólogas protestantes terem mais possibilidades de dirigir uma comunidade, tanto em termos administrativos, quanto em termos “espirituais”. Já as católicas por serem leigas não teriam acesso ao “sagrado” como as protestantes. “Várias reflexões de teólogas brasileiras e estrangeiras insistem que um fator preponderante nas desigualdades, principalmente em termos de poder de decisão na igreja, é a história da negação do acesso da mulher ao “sagrado” em toda a tradição cristã oficial. Portanto, a ordenação é um salto qualitativo sem precedentes (ROHDEN, 1995, p.29)”.

A atenção de Rohden concentra-se nas teólogas feministas católicas e protestantes, na tentativa de perceber como os dois grupos lidam com a questão da igualdade e diferença entre homens e mulheres. A partir daí é possível perceber algumas diferenciações entre as reivindicações de católicas e protestantes que são importantes por mostrar que a participação destas mulheres em seus grupos religiosos, ainda que tenham como referencial a fé na Bíblia, possuem interpretações e mesmo motivações diferentes para buscar maior autonomia em suas atividades.

É importante notar, que Rohden está trabalhando com teólogas feministas e que, portanto, se diferenciam das teólogas protestantes. Uma vez que as teólogas feministas propõem o

rompimento radical com o patriarcalismo, que segundo elas domina o cristianismo. Para contrapor a este tipo de argumento surge gênero como conceito fundamental para acentuar o caráter social da diferenciação sexual. Ou seja, enquanto o feminismo parece situar a luta quase exclusivamente na afirmação do sexo feminino, o gênero supera a questão no bojo de uma relação que transcende necessariamente o sexual e se projeta nas diferentes esferas do social, do religioso, do econômico, do cultural e do familiar.

É a partir dessas discussões em torno da categoria gênero usada como uma ferramenta analítica e ao mesmo tempo política, que vai acentuar o caráter social da diferenciação sexual, que acontecem os primeiros encontros com mulheres de diferentes confissões cristãs; que um grupo de mulheres teólogas “começa a se formar e a despertar para a necessidade de que sua produção teológica incorporasse a perspectiva da mulher e fosse reconhecida” (ROHDEN, 1995, p.13). No entanto, haverá diferenciações entre reivindicações das teólogas feministas católicas e das teólogas protestantes quanto à participação na hierarquia das igrejas.

Uma primeira diferenciação entre católicas e protestantes é quanto ao sacerdócio feminino. A ordenação feminina é a principal reivindicação das teólogas protestantes, enquanto que não o é para as católicas, ainda que a luta por igualdade esteja dentro de um movimento que reúne tanto católicas como protestantes. As católicas substituem esta conquista das protestantes por domínio de saber. A produção de conhecimento teológico é visto por elas como muito mais importante do que a ordenação propriamente dita.

Outra diferenciação é a autonomia e liberdade que possuem as teólogas. Tanto católicas quanto protestantes recebem um chamado para exercerem seu ministério, no entanto, como interpretam esse chamado vai fazer toda a diferença. Para Fernandes a liberdade das religiosas católicas se confunde com o fazer a vontade de Deus e, “não está relacionada ao desejo de maior autonomia individual nos moldes ocidentais [...] antes numa perspectiva até mesmo dialética onde a vontade individual se confunde e se perfaz através da vontade de Deus (FERNANDES, 1999, p.49)”.

Para as teólogas protestantes a autonomia de decidir no que quer é algo imprescindível na vida destas mulheres, assim também acontece no seio da igreja quando as mulheres vocacionadas ao ministério decidem torna-se pastora, foi assim com a pastora Célia do ministério pentecostal Jesus é a resposta: “*Onde eu congreguei primeiro foi membra, depois fui apresentada como obreira, depois de obreira fui consagrada a missionária, fiquei um tempão tomando conta do ministério, depois foi quando o Senhor me ordenou, conversei com*

o meu pastor fui ungida e consagrada à pastora depois que eu abri o ministério. (Entrevista extraída da pesquisa de campo, Grifo meu)”.

Gênero e pastorado feminino: propostas e práticas na construção da identidade

Pensar para além das relações de desigualdade entre os sexos, constituída pela subordinação do feminino ao masculino, requer a compreensão do movimento histórico e cultural que acompanha, desde a antiguidade, a estruturação da sociedade patriarcal.

Neste sentido, gênero aparece como um critério de todas as relações sociais e simbólicas que perpassa o ordenamento da hierarquia social e subjaz à relação dos indivíduos entre si, uma vez que, no início do milênio, as imagens vinculadas ao feminino, seja através das artes ou da linguagem, foram responsáveis pela inculcação dos preconceitos em relação à mulher, passando pela associação ao ornamento, ao cosmético, até ao seu lugar no lar, na família, no casamento e etc.

É necessário enfatizar que a construção do modelo de mulher simbolizado no amor de mãe, sem sombra de egoísmo, pautado na abnegação sem reciprocidade, segundo Rago (1996), esta desvalorização é grande e acontece porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, e sua realização está no esquecer-se formam um conjunto que compõem a imagem da maternidade e implica uma desvalorização de si mesma, realizando-se através do êxito com os filhos e o marido, contribuindo, portanto para a perpetuação e para o aumento do capital simbólico detido pelos homens.

Para maioria das pastoras, é fácil a solidariedade com as aflições e lutas das mulheres do povo, mas a solidariedade que ela mesma é, como pastora que trabalha, partilha e evangeliza muitas vezes lado a lado com outros pastores, permanece ignorada ou porque não dizer, silenciada. Por vezes tais desigualdades são de caráter econômico, ideológico, e em certos casos torna-se difícil perceber as causas, já que: “Nossa cultura nos ensinou, por exemplo, que a maternidade (como função biológica) é que distingue as mulheres dos homens. Por mais que a gente até possa optar por não ser mãe, desvincular nossa identidade de “mulher” deste corpo biológico é muito difícil. (GROSSO, 1996, p.256)”.

Na prática a igreja exerce um poder de forma clericalizada, dando esta característica às suas formas de comunicação, palavras, gestos e modo de exercer a autoridade. Nesse sentido a mulher sempre foi vista como amor-doação, o amor-sacrifício, ou seja, uma abnegação sem reciprocidade. Aquela em que o dever era cuidar dos filhos e submeter-se inteiramente ao

marido. Contudo, nesta caminhada, de ser mãe, mulher, esposa e pastora desenvolve-se uma identidade que precisa ser mais bem analisada, como veremos a seguir.

Pastora & mulher: construção que envolve o corpo

Um das questões que estão sempre em jogo na construção da identidade destas mulheres pastoras de orientação pentecostal é a sua relação com o corpo. Para o filósofo Merleau-Ponty, a compreensão primeira do mundo é realizada pela motricidade do corpo, enquanto intencionalidade original, que não necessita de representações, visto que originalmente a consciência não é um “eu penso que”, terreno do idealismo, do campo teórico, da representação, mas um “eu posso” no mundo prático perceptivo, um agir corporal com poder de significações existenciais. As experiências do movimento são modos peculiares de nos relacionarmos aos objetos, através das quais se exprime uma função única, o movimento da existência. De acordo com Ponty,

A experiência motora de nosso corpo não é um caso particular de conhecimento; ela nos fornece uma maneira de ter acesso ao mundo e ao objeto, uma praktognosia, que deve ser reconhecida como original ou originária. Meu corpo tem seu mundo ou compreende seu mundo, sem precisar passar por representações, sem subordinar-se a uma função simbólica ou objetivante. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 195).

A experiência motora do corpo, antes de ser do campo de conhecimento, é comunicação com o mundo, da presença de um mundo, do modo como as coisas constituem-se para nós.

❖ *Joelhos e cotovelos*

No universo do pastorado feminino de orientação pentecostal essa comunicação com o corpo é muito presente, umas das marcas visíveis são os joelhos e cotovelos destas pastoras. E quando indagada por terem os cotovelos e joelhos marcados elas respondem, são madrugadas de oração. Elas são valorizadas por serem mulheres de oração em sua comunidade. A oração no campo pentecostal é sinônimo de poder, de uma vida cheia do Espírito Santo. Todavia quanto mais se ora, sobretudo de joelhos com o rosto em pó, mais unção e reconhecimento essas mulheres tem em suas igrejas.

❖ *Vestidos*

Elas também se vestem de forma peculiar, pois a maneira de vestir-se significa a guarda dos sentidos, a modéstia, afastando as tentações e conservando o coração ao abrigo das afeições, ou seja, pelo corpo se inscreve uma vida de devoção, transformando o corpo desejante, em espírito desejante. Desta forma, o vestir tem a ver com a comunicação que é estabelecida com

o sagrado, pois para permanecer na presença do sagrado necessário é estar bem composta, ou seja, vestida de forma adequada.

❖ *Jóias e bijuterias*

Para as pastoras o uso de jóias e bijuterias não é muito importante, uma vez que a recomendação bíblica expressa pelo rei Salomão no livro cântico dos cânticos isso não passa de pura vaidade. Sendo assim, muitas destas pastoras, preferem não abusar do uso das jóias, mostrando-se, portanto ser uma pessoa simples, que esta muito mais interessada na relação com o sagrado do que numa performance diante do homem.

É importante dizer que o corpo mediatiza a construção e produz uma determinada identidade, que neste caso em específico, esta voltada à simplicidade, a uma vida de sacrifício, de abnegação, que envolve o cotidiano da vida destas mulheres. Convém salientar que no corpo esta expressa uma forma de comportamento, uma identidade, que são produzidas e sustentadas por relações muitas vezes de conflito entre os agentes das congregações e o poder clerical. Contudo é importante perceber segundo Merleau-Ponty, que o corpo sabe-se como espacialidade na situação em que está envolvido, sendo assim, dificilmente estas mulheres serão rechaçadas pelos membros de suas comunidades.

Considerações finais

A intenção deste trabalho não é encerrar discussões, mas gerar novas discussões, trazer incômodos, suscitar provocações e com isso possibilitar novas reflexões, por isso ele foi escrito. Otto Maduro aponta o movimento feminista como um movimento que diz respeito às mulheres de todas as classes sociais - embora tenha sido uma iniciativa das mulheres de classe média - de todas as culturas e religiões em todos os países. É fundamentalmente “uma conscientização das mulheres pela superação da opressão, para obter igualdade, reconhecimento e respeito das diferenças” (MADURO, 1997, p.21).

Deste modo, o movimento tem proposto linhas de pesquisa extremamente férteis, fazendo interagir diversas áreas do conhecimento como a sociologia, a psicologia, a antropologia, a história e também a teologia com o propósito de aproximar perspectivas e paradigmas e formular novas teorizações em torno das realidades estudadas por essas disciplinas. Assim sendo, a tentativa desta reflexão foi identificar que todas as discussões realizadas e que ainda são realizadas pelo movimento feminista propiciou uma discussão mais específica que foi as das teólogas, e estas criaram uma ponte entre a sua militância e o seio da igreja, fazendo com

que novas leituras fossem realizadas a partir da bíblia, sendo que agora considerando a relevância do papel feminino, com isso foi possível ver as primeiras mulheres assumindo ministério pastoral nas igrejas Metodista e Luterana. Hoje o pentecostalismo cresce de forma vertiginosamente com lideranças femininas, e isso sem sombra de dúvida deve-se as reflexões, a militância destas mulheres que vestindo a camisa lutaram por igualdade de espaços, logo pode-se afirmar que o movimento feminista foi o grande autor da emancipação para o pastorado feminino. Todavia o que se tem hoje são exemplos de espaços conquistados pelas mulheres como reflexo das lutas passadas, e o pastorado feminino é um destes.

Referências Bibliográficas

- BARBIERI, T. Sobre a categoria gênero: Uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS CORPO, 1993.
- BERMAN, Marshall. Todo o que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.
- BURKE, Peter. História e teoria social. Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. – SP: UNESP, 2002.
- CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. In: REVISTA EDUCACAO E REALIDADE. São Paulo: UFGRS, vol. 20 (2), jul/dez. 1995.
- DEIFELT, Wanda. Temas e Metodologias da Teologia Feminista. In: SOTER (org.) Gênero e Teologia: Intepelações e perspectivas. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- FERNANDES, S.R.A “Vinho Novo em Odres Velhos?” Uma análise da Vida Religiosa feminina na modernidade contemporânea. Rio de Janeiro. 1999. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UERJ/IFCH/
- FREITAS, Maria Carmelita de. Gênero/Teologia feminista: interpelações e perspectivas para a teologia – relevância do tema. In: SOTER (org.) Gênero e Teologia: Intepelações e perspectivas. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- FIORINZA, Elisabeth S. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- GEBARA, I. Rompendo o Silêncio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GROSSO, Miriam P. O masculino e o feminino na educação. In GROSSO, M.P. e BORDIN, J. (orgs.). Paixão de Aprender. Petropolis: Vozes, 1996.
- HALKES, Catharina. Gott hat nicht nur starke Söhne: Grundzüge einer feministischen Theologie. Gütersloh: Gerd Mohn, 1985.
- HEILBORN, M.L; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). São Paulo: Ed. Sumaré: ANPOCS; Brasília: DF: Capes, 1999 (Vol. 1).
- LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pósestruturalista. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MADURO, O; JURKEWICKZ, R. Otto Maduro e o Feminismo. São Paulo: Impósio Editora, 1997.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, nº 2, vol.8, 2000.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia. Ed. 34, 1999.

RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil*. Campinas: Cadernos AEL, 1996.

ROHDEN, F. *Feminismo do Sagrado: O dilema “igualdade/diferença” na perspectiva de teólogas católicas*. Rio de Janeiro. 1995. Tese de doutorado. UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

SAFFIOTI, H. *Influências do pós-modernismo nas teorias feministas*. ALAS, 1997 (mimeo).

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. *Gênero e religião – no espaço da produção do conhecimento: corporeidade sob o prisma do gênero, da etnia e classe*. In: MUSSKOPF, André S.; STROEHER, Marga J. (Orgs.). *Corporeidade, etnia e masculinidade*. São Leopoldo: EST, 2005.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade. Vol. 20 (2), 1995.

STREY, M.N. *Será o século XXI o século das mulheres?* In: STREY, M.N., et al. *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 2000.

TOSCANO, M.; GOLDENBERG. *A Revolução das Mulheres: Um balanço do Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

ZUWICK, A.M. *Emancipação feminina: obstáculos e perspectivas para sua construção*. In: STREY, M.N., et al. *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

¹ Trabalho apresentado no XIII simpósio da ABHR, 29/05 – 01/06 de 2012, São Luis (MA), GT: Gênero e Religião.

²Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia.

³Sueli Ribeiro Mota Souza– Cientista Social. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2007), Bahia - Brasil. É professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (Campus I) da Universidade do Estado da Bahia. Tem desenvolvido pesquisas no campo das Ciências Sociais e Educação, com ênfase nos temas Educação e Religião. Atualmente coordena a Licenciatura em Ciências Sociais no Programa Plataforma Freire no âmbito da Universidade do Estado da Bahia.